

ARGENTINA



Manifestantes pedem liberdade da líder



Nas cores nacionais, cartazes do peronismo



"Em Cristina, não se toca", avisa seguidor



Marcha reúne vários segmentos da esquerda

"Vamos voltar", diz Cristina

Condenada à prisão domiciliar e à inelegibilidade perpétua, a ex-presidente argentina leva às ruas de Buenos Aires milhares de pessoas. Em um discurso gravado, ela critica o governo de Javier Milei e arranca aplausos de seguidores

» RENATA GIRALDI

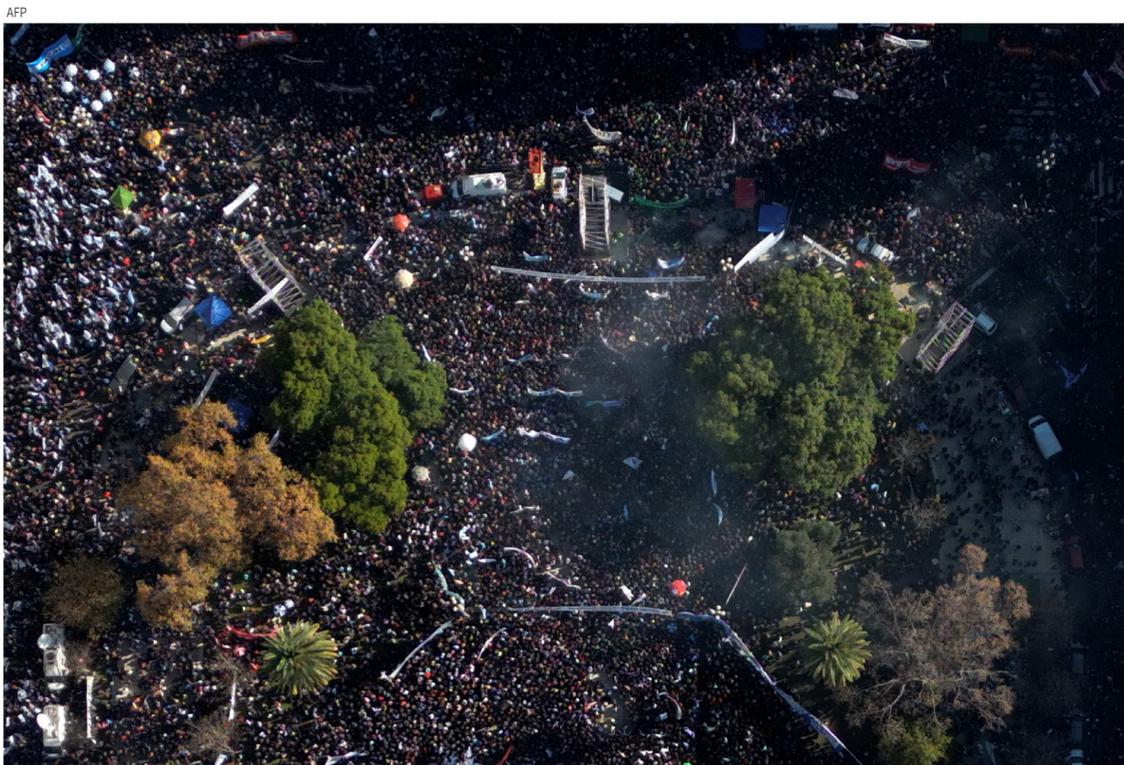
Menos de uma semana depois de ter sido condenada a seis anos de prisão e a inelegibilidade perpétua por um esquema de corrupção envolvendo 51 licitações de obras rodoviárias, a ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner levou ontem milhares de seguidores às ruas de Buenos Aires. Nem a baixa temperatura afastou os apoiadores que levavam cartazes, pediam pela liberdade da líder e se recusavam a ter outro nome como referência de oposição ao governo de Javier Milei. Em um discurso gravado de 8 minutos, a ex-presidente retribuiu: "Vamos voltar com mais sabedoria".

"O verdadeiro poder econômico sabe que esse modelo não tem futuro, sabe que cai, e é por isso que estou presa", afirmou a ex-presidente — duas vezes no poder (2007-2015) e uma como vice-presidente (2019-2023) — ignorando as denúncias contra si. O discurso gravado foi exibido para a multidão que aplaudiu e emocionou-se. Os manifestantes carregavam bandeiras argentinas, de sindicatos, organizações sociais e estudantis, além de cartazes com frases, do tipo "a pátria não se vende" e "Cristina não se toca".

Cristina acompanhou o movimento de dentro do apartamento, em um bairro próximo às principais avenidas tomadas pela marcha. Lá, ela cumpre prisão domiciliar e usa tomazeleira eletrônica. A concentração da manifestação foi na emblemática Praça de Maio em frente à Casa Rosada, e dali os seguidores partiram para outras ruas. O protesto ganhou o nome de "Argentina com Cristina" em meio a cânticos peronistas e tambores. O número estimado pelos simpatizantes foi de cerca de meio milhão de pessoas.

Fidelidade

A polícia montou barreiras nas rotas de acesso a Buenos Aires, aplicando um protocolo inédito: revistar pessoas e veículos sem ordem judicial. O novo protocolo, imposto por decreto às vésperas da marcha, permite deter qualquer cidadão para identificação por até dez horas sem a intervenção de um juiz. Líderes sindicais denunciaram que ônibus foram revistados várias vezes, em diferentes bloqueios, ao longo das vias que levam à capital argentina. "É uma intimidação que não faz sentido", disse à Rádio *El Destape*, Daniel Catalano, dirigente do sindicato dos funcionários públicos. "O Estado



Simpatizantes se concentram na Praça de Maio, cartão-postal da capital, e ocupam as principais ruas com críticas ao governo de Javier Milei

Quatro perguntas para

MIGUEL DE LUCA, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA)

O que se passa hoje na Argentina após a condenação de Cristina Kirchner?

A prisão de Cristina Fernández de Kirchner (CFK) tem dois efeitos imediatos, primeiro porque fortalece sua liderança dentro do peronismo, adiando qualquer iniciativa de renovação. Depois, unifica o peronismo para

as eleições legislativas de outubro de 2025.

Qual o significado dessa marcha por Buenos Aires?

A marcha é um bom exemplo dos setores que apoiam Cristina Fernández Kirchner (CFK), que também representa aqueles que, embora tradicionalmente peronistas, não reagiram como era comum no passado, como a CGT.

Na sua avaliação, muda o peronismo ou Cristina segue

de Direito? Bem, obrigado", ironizou.

O porta-voz da Presidência, Manuel Adorni, justificou a operação. "Quando você detecta que pode haver algum perigo adicional para a sociedade, tenta neutralizá-lo. E isso não vai contra nem a Constituição nem o estado de Direito", afirmou, em coletiva de imprensa. O chefe de Gabinete, Guillermo Francos, minimizou as críticas. "Vai haver medidas de segurança para evitar

qualquer tentativa de violência, o que me parece absolutamente normal", disse à Rádio Mitre.

A cientista política Lara Goyburu, da Universidade de Buenos Aires, reiterou que essa manifestação se limita ao peronismo e, não a outros grupos críticos ao atual governo. "A marcha de hoje demonstra alguma capacidade de mobilização de rua que o peronismo ampliado ainda conserva. O que não

como grande líder?

A liderança de Cristina Kirchner estava em declínio. Mas sua prisão ampliou temporariamente seu poder dentro do peronismo e bloqueou uma mudança geracional, pelo menos imediatamente.

O governo Javier Milei fica enfraquecido com esse tipo de movimento?

vemos nesta marcha (...) é a transversalidade que foi vista em outras ocasiões, como a marcha universitária", analisou. Porém, integrantes de vários segmentos da esquerda se fizeram presentes.

Além do movimento La Cámpora, que lidera os apoiadores do peronismo e, portanto, de Cristina Kirchner, simpatizantes de várias correntes antagônicas ao governo Milei também participaram

Arquivo pessoal



Os efeitos sobre o governo de Milei não são claros. Cristina era uma boa candidata para Milei.

Mas, ao mesmo tempo, há dois outros fatores que abrem caminho: o controle de Cristina sobre o peronismo e uma provável crise econômica — que ainda não é aparente). (RG)

da marcha. "Vimos porque é um atentado à democracia banir uma pessoa como Cristina, em quem o povo quer votar", afirmou à AFP Rocio Gaviño, uma funcionária pública de 29 anos. Para o aposentado Juan Peracibe, 70, que viajou 350 km para participar da manifestação, a condenação provocou a reação do peronismo "Acredito que o que fizeram foi justamente despertar o leão", disse à AFP.

Armas liberadas

Em decreto publicado ontem, o presidente Javier Milei autoriza que civis comprem armas semiautomáticas e de assalto. Segundo o texto, são "usuários legítimos". A medida esclarece os tipos permitidos: "armas semiautomáticas, equipadas com carregadores removíveis semelhantes a fuzis, carabinas ou submetralhadoras de assalto derivadas de armas de uso militar com calibre superior a 22". Também foi simplificada a emissão de autorizações para a "posse express", um processo que visa "facilitar e agilizar a aquisição de armas de fogo", conforme anunciado pelo governo.

A ordem revoga a proibição, que vigorava desde 1995, quando a compra e o uso desse tipo de armamento foram restritos à esfera militar. O decreto foi assinado por Milei, pelo chefe de Gabinete, Guillermo Francos, e pela ministra da Segurança, Patricia Bullrich. De acordo com o Centro de Estudos Legais e Sociais, em 2022, um em cada dois homicídios dolosos foi cometido com arma de fogo.

Em 2024, em outro decreto, Milei reduziu a idade mínima para a posse legítima de armas de fogo de 21 para 18 anos. O argumento utilizado foi que, aos 16 anos, a pessoa é considerada capaz para votar, aos 18, para se alistar nas Forças Armadas, então, por que não comprar e manusear armamentos com essa idade? A ministra da Segurança, Patricia Bullrich, liderou o movimento pelas mudanças na época.

Bullrich é uma defensora do porte livre de armas, enquanto o presidente Milei, embora tenha expressado seu apoio à medida quando era deputado federal antes de se tornar presidente, afirmou posteriormente que uma reforma nesse sentido não fazia parte de sua plataforma. Na Argentina, com 45 milhões de habitantes, quase 1 milhão de pessoas — a maioria homens — possuem licenças de usuário de armas de fogo, embora mais de 65% estejam vencidas, segundo uma investigação realizada em maio pela plataforma de verificação de dados Chequeado, com base em pedidos de acesso à informação.

ESTADOS UNIDOS

Justiça veta transição para menores

A Suprema Corte dos Estados Unidos confirmou ontem a lei estadual do Tennessee que proíbe menores de acessar tratamentos de transição de gênero. Por 6 votos a 3, foi confirmada a legislação que veta tratamentos hormonais, bloqueadores de puberdade e cirurgia de transição para menores de 18 anos. Em 20 dos 50 estados norte-americanos, governados por republicanos, foram promulgadas medidas que limitam a assistência médica a crianças e jovens transgêneros. O cálculo é que há cerca de 1,3 milhão de jovens de 13 a 18 anos nessa condição no país, segundo o Instituto Williams.

Diferentemente do ex-presidente democrata Joe Biden, contrário à proposta, alegava que a proposta violaria a cláusula de igualdade da Constituição o acesso a tratamentos médicos concedidos a outras. Em posição oposta, o republicano Donald Trump assinou um decreto que restringe os procedimentos de transição de gênero para menores.

Nos Estados Unidos, não há uma lei nacional contra tratamentos médicos de gênero para jovens trans, a ordem de Trump encerrou



Protesto em dezembro de 2024, pedia proteção para os jovens trans

qualquer apoio federal a tais procedimentos. "O papel da Corte não é julgar a sabedoria, a justiça ou a lógica [da lei], mas apenas garantir que a lei não viole as garantias de proteção igualitária", escreveu o presidente da Corte, John Roberts. "Não o faz" porque as questões relacionadas à política "são, portanto, devidamente deixadas a cargo do povo, de seus representantes eleitos e do processo democrático", acrescentou.

A Academia Americana de Pediatria (AAP) criticou a iniciativa por avaliar que "estabelece um precedente perigoso para a

interferência legislativa na prática da medicina".

"O cuidado afirmativo de gênero é medicamente necessário para tratar a disforia de gênero e está apoiado por décadas de pesquisas", acrescentou. "Negar aos pacientes o acesso a este atendimento não só mina sua saúde e segurança, mas rouba-lhes a dignidade humana básica", insistiu.

Na defesa oral, o procurador-geral do Tennessee, Matthew Rice, disse ao tribunal que a lei foi aprovada para "proteger menores de intervenções médicas arriscadas e não comprovadas".